

Eólica do Agreste Potiguar II S.A.

Demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos administradores e acionistas da Eólica do Agreste Potiguar II S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Eólica do Agreste Potiguar II S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica do Agreste Potiguar II S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Teste de redução ao valor recuperável

Veja as Notas 3.2 e 7 das demonstrações contábeis.

Principais assuntos de auditoria

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui em suas demonstrações contábeis ativos não financeiros relacionados a ativos imobilizados de longa duração, referentes à usina geradora de energia. Devido à existência de indicadores de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros, a Companhia realizou a estimativa do valor recuperável da unidade geradora de caixa ("UGC"), ao qual os ativos não financeiros estão alocados, com base no valor em uso.

A determinação do valor em uso é baseada em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente. Para a construção da estimativa a Administração utilizou-se de premissas, tais como taxa de desconto, volume, preço de venda, períodos de continuidade das operações e gastos para reparação dos equipamentos.

Por haver alto grau de julgamento e incertezas relacionadas ao processo de determinação das premissas da estimativa de projeções futuras de fluxos de caixas que levam em consideração os planos de negócios da Administração, e por haver sensibilidade nas premissas para a construção da estimativa que podem impactar de forma relevante os valores recuperáveis dos ativos e, consequentemente, as demonstrações contábeis como um todo, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia relacionadas com a preparação e revisão do valor recuperável de ativos não financeiros.
- Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas:
 - Avaliamos as principais premissas utilizadas pela Companhia no cálculo de redução ao valor recuperável, incluindo as taxas de desconto, volume e preço de venda de energia, períodos de continuidade das operações e gastos para reparação dos equipamentos no período de projeção na determinação dos fluxos de caixa descontados;
 - Efetuamos análise de sensibilidade no que tange às premissas utilizadas.
- Avaliação das divulgações nas demonstrações contábeis, em especial as relativas às premissas utilizadas no teste do valor recuperável de seus ativos.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o valor recuperável dos ativos não financeiros, assim como, as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de Fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

Eólica do Agreste Potiguar II S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante		8.706	15.021
Caixa e equivalentes de caixa	4	304	213
Investimento de curto prazo	5	4.521	10.050
Contas a receber de clientes	6	3.166	3.922
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		204	375
Impostos Compensáveis		109	13
Despesas pagas antecipadamente		276	296
Outros ativos		126	152
Não circulante		297.548	311.773
Outros ativos		7	7
Imposto de renda e contribuição social diferido		597	276
Imobilizado	7	296.243	310.606
Intangível	8	701	884
Total do ativo		306.254	326.794
Passivo			
Circulante		14.660	10.912
Fornecedores		1.796	1.338
Empréstimos em moeda nacional	9	1.402	1.377
Debêntures	9	2.430	3.849
Arrendamentos		86	96
Partes relacionadas	11	1.810	1.797
Salários e férias a pagar		288	248
Outros tributos a pagar		246	288
Encargos setoriais		14	50
Provisões	10	6.528	730
Outros passivos		60	1.139
Não circulante		155.315	161.995
Empréstimos em moeda nacional	9	93.170	94.264
Debêntures	9	51.932	50.565
Arrendamentos		2.938	4.098
Provisões	10	7.275	13.068
Patrimônio líquido		136.279	153.887
Capital social	12	172.069	172.069
Prejuízos acumulados		(35.790)	(18.182)
Total do passivo e do patrimônio líquido		306.254	326.794

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eólica do Agreste Potiguar II S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	13	36.478	33.513
Custos operacionais	14	(36.741)	(25.438)
Lucro (Prejuízo) bruto		(263)	8.075
(Despesas) receitas operacionais	14	(2.124)	(1.758)
Despesas gerais e administrativas		(2.124)	(1.760)
Outras receitas		-	2
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		(2.387)	6.317
Despesas financeiras	15	(16.738)	(18.070)
Receitas financeiras	15	1.196	2.720
		(15.542)	(15.350)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(17.929)	(9.033)
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	-	2
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	321	276
Prejuízo do exercício		(17.608)	(8.755)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eólica do Agreste Potiguar II S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	<u>(17.608)</u>	<u>(8.755)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>(17.608)</u>	<u>(8.755)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eólica do Agreste Potiguar II S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	172.069	(9.427)	162.642
Prejuízo do exercício	-	(8.755)	(8.755)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	172.069	(18.182)	153.887
Prejuízo do exercício	-	(17.608)	(17.608)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	172.069	(35.790)	136.279

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eólica do Agreste Potiguar II S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(17.929)	(9.033)
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Receita de aplicações financeiras		(1.004)	(1.404)
Depreciação e amortização	7 e 8	13.713	13.670
Encargos de dívidas	9	15.465	15.748
Outras variações/atualizações monetárias e cambiais líquidas		274	674
		10.519	19.655
(Aumento) redução no ativo			
Contas a receber de clientes		756	(899)
Adiantamento a fornecedores		26	(45)
Tributos a recuperar		(234)	(11)
Despesas pagas antecipadamente		544	(130)
Outros ativos circulantes e não circulantes		-	30
		1.092	(1.055)
Aumento (redução) no passivo			
Fornecedores		17	(3.278)
Partes relacionadas		13	9
Salários, férias a pagar		40	54
Tributos a recolher		314	85
Outros passivos circulantes		(1.105)	1.316
		(721)	(1.814)
Imposto de renda e contribuição social recolhidos		-	(514)
		10.890	16.272
Caixa líquido proveniente nas atividades operacionais			
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adições no imobilizado	7	(331)	-
Adições no intangível	8	(5)	(560)
Resgate em investimento de curto prazo		43.337	84.571
Aplicações em investimento de curto prazo		(36.805)	(86.243)
		6.196	(2.232)
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de investimentos			
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	(5.000)
Empréstimos tomados	9	(95)	51.878
Amortização de principal do financiamento	9	(3.758)	(48.645)
Amortização de pagamento de juros do financiamento	9	(12.733)	(12.069)
Amortização de principal de arrendamentos		(321)	(461)
Amortização de pagamento de juros arrendamentos		(88)	(65)
		(16.995)	(14.362)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos			
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa			
		91	(322)
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa			
Saldo no início do exercício	4	213	535
Saldo no final do exercício	4	304	213
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa			
		91	(322)

Notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Informações gerais

A Eólica do Agreste Potiguar II S.A. (“Companhia”), com sede da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 15º andar, cj. 151, sala X -Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 12 de março de 2019 e tem como propósito a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, seu sistema de transmissão de energia elétrica associado e demais obras complementares da Central Geradora Eólica AW Santa Régia, sob o regime de produção independente de energia elétrica, localizada no município de Jandaíra, no estado do Rio Grande do Norte. A Companhia é controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

Em 21 de janeiro de 2020, a Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), recebeu por meio da Resolução Autorizativa nº 8.520, emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, autorização para implantar e explorar a Central Geradora Eólica AW Santa Régia. A central geradora será constituída por 9 unidades geradoras de 4.200kW cada, totalizando 37.800 kW de potência instalada e 37.500 kW de potência líquida, sob o regime de comercialização no mercado livre, conforme despacho nº 4.038 de 16 de dezembro de 2021. A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos a partir da data da resolução podendo ser prorrogada a critério do poder concedente. Não está previsto indenização dos investimentos efetuados ao final do prazo da autorização. Em 17 de novembro de 2020, por meio da Resolução Autorizativa nº 9.453 a autorização foi transferida da “Alupar” para a Companhia.

Em 26 de novembro de 2020 a Companhia solicitou o enquadramento do projeto no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura – REIDI, que consiste em um incentivo fiscal que suspende a incidência de PIS e COFINS sobre as aquisições de imobilizado relacionados à construção do projeto, o qual foi dado parecer favorável pela ANEEL em 29 de dezembro de 2020 e foi encaminhado ao Ministério de Minas e Energia para publicação da portaria específica. Em 25 de janeiro de 2021 o Ministério de Minas e Energia emitiu a Portaria nº 494 aprovando o enquadramento do Projeto Central Geradora Eólica AW Santa Régia no REIDI. Em 4 de fevereiro de 2021 a Companhia solicitou a habilitação no REIDI à Receita Federal do Brasil e em 11 de fevereiro de 2021 recebeu a habilitação.

A partir de 13 de setembro de 2023 o empreendimento foi liberado pela ANEEL para início da operação comercial, por meio do Despacho nº 3.394 de 12 de setembro de 2023.

Acordo para autoprodução com a WEG S.A.

Em 05 de julho de 2023, a Eólica do Agreste Potiguar II (“EAP II”) celebrou contrato com duas controladas da WEG S.A. (“WEG”) para a formação de uma parceria societária que tem por objeto a geração de energia para o consumo pelas unidades produtivas da WEG. A EAP II e a WEG firmam essa Parceria para explorar o parque eólico AW Santa Régia localizado no município de Jandaíra - RN, que terá capacidade instalada de 37,8 MW e garantia física de 21,7 MW médios, dos quais cerca de 15 MW médios serão anualmente entregues à WEG sob o regime de autoprodução por equiparação, com início de suprimento de energia a partir de janeiro de 2024 até 31 de dezembro de 2041.

Esta Parceria contribui para a expansão dos parques geradores da EAP II, através de operações no mercado livre de energia e reforça o posicionamento da mesma no âmbito de uma transição energética mais sustentável e renovável.

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2025, capital circulante negativo de R\$ 5.954. Em 31 de dezembro de 2025 a administração estima que nenhum ajuste é necessário para fazer face à liquidação de seus passivos.

Cortes de geração (curtailment)

A Companhia foi afetada ao longo do exercício de 2025 com o crescimento dos cortes de geração de energia (curtailment) afetando diretamente a receita da Companhia e os custos com compra de energia.

Neste contexto, diante do aumento expressivo de pleitos de geradores eólicos junto à ANEEL para reconhecimento dessas situações de *constrained-off*, o Despacho nº 2.303/2019 suspendeu os ressarcimentos previstos nos contratos firmados no ACR e CER até a regulamentação do tema, posteriormente disciplinada pela Resolução Normativa (REN) nº 927/2021 (consolidada pela REN nº 1.030/2022). Em síntese, o referido instrumento regulatório estabeleceu três marcos temporais para apuração dos cortes e elegibilidade à compensação:

- **Até março/2021:** Restrito a usinas no ACR/CER com pedidos de reconhecimento protocolados na ANEEL.
- **Abril/2021 a outubro/2021:** Aplicável a todas as usinas no ACR/CER, independentemente de protocolo de pedido de reconhecimento.
- **A partir de outubro/2021:** Abrangência geral a todas as usinas afetadas, independentemente do ambiente de comercialização.

A metodologia para apuração e compensação dos eventos de *constrained-off* para empreendimentos de geração com contratos firmados no Ambiente de Contratação Livre (ACL) foi definida através da REN nº 1.109/2024, com fluxo de recontabilizações previsto para iniciar em junho/2025, de acordo com o Comunicado CCEE nº 372/25. Em regra, o pagamento da compensação é devido apenas quando a soma dos tempos de restrição por *constrained-off* — classificados como indisponibilidade externa e acumulados desde o início do ano civil — superar a indisponibilidade média das funções de transmissão.

Entretanto, em 25 de novembro de 2025, a promulgação da Lei nº 15.269/2025 trouxe um novo ordenamento jurídico para os cortes ocorridos entre 01 de setembro de 2023 e a data de publicação da Lei. Mediante a assinatura de um Termo de Compromisso com o Poder Concedente, titulares de usinas eólicas e solares poderão fazer jus à compensação dos cortes por indisponibilidade externa, sem franquia de horas, e confiabilidade elétrica. Como contrapartida, a compensação está condicionada: i) à renúncia do direito de discutir na via administrativa, arbitral ou judicial compensações pretéritas e ii) à desistência de eventual ação judicial em curso. Em decorrência da nova legislação:

- A CCEE, por meio dos Comunicados nº 937/25 e 971/25, suspendeu as recontabilizações, até que o tema seja integralmente regulamentado.
- O Ministério de Minas e Energia (MME) instaurou a Consulta Pública nº 210/2025 para discutir a minuta do Termo de Compromisso, cujo prazo de contribuições encerrou-se em 16 de janeiro de 2026.

Considerando os eventos acima descritos, ressalta-se que, até a data de autorização de emissão destas demonstrações contábeis, a Administração da Companhia não deliberou formalmente sobre a intenção de aderir (ou não) ao termo de compromisso previsto na Lei 15.269 e de renunciar

às ações judiciais relacionadas ao curtailment. Vale ressaltar que as deliberações finais por parte da Companhia ocorrerão somente após as próximas deliberações sobre o tema. Consequentemente nenhum ganho relativo a compensação econômica pelos eventos de restrições nas operações foram reconhecidas nestas demonstrações contábeis.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e também de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

2.2 Base de conformidade

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 25 de fevereiro de 2026.

Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estarão evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros, os mensurados a valor justo.

2.4 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essas demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.5 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões e inclusive provisões para contingências.

I. Julgamentos

As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que podem representar risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às informações contábeis, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 3.2 – Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros e nota explicativa 7 – Ativo imobilizado;
- Nota 11 – Provisão para desmobilização de ativos e nota explicativa 3.4 - Provisões: Reconhecimento e mensuração dos valores envolvidos;

II. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3.2 – Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros e nota explicativa 7 – Ativo imobilizado: principais premissas em relação aos valores recuperáveis.
- Nota 6 - Contas a receber de clientes e nota explicativa 3.11 - Receita de geração de energia elétrica: Valores referentes a receitas não faturadas de comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”);
- Nota 7 e nota explicativa 3.5 – Imobilizado: taxa de depreciação;
- Nota 11 – Provisão para desmobilização de ativos e nota explicativa 3.4 - Provisões: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

3 Sumário das principais práticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

3.1 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os saldos de contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e,
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram inicialmente classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo

e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros

A Companhia avalia a necessidade do reconhecimento de provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

A Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa – UGC). A Companhia possui apenas uma UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder seu valor recuperável.

Teste de redução ao valor recuperável

A Companhia avaliou a evidência de desvalorização dos ativos financeiros e não financeiros com base no seu valor em uso, em função do crescimento dos cortes de geração (curtailment) que afetou a receita de geração de energia bem como os custos com compra de energia ao longo do exercício de 2025, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado da unidade geradora de caixa.

Os estudos de recuperabilidade foram realizados com data-base em setembro de 2025 e não indicaram a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

O teste de recuperabilidade considerou o modelo econômico-financeiro da Companhia, projetado de forma nominal e anual ao longo do prazo remanescente da autorização.

3.3 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para desmobilização são constituídas devido a existência de um contrato de arrendamento na qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que recebeu, à exceção das obras aterradas, como fundações, rede de água e esgoto, etc.

3.4 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015, limitada pelo prazo de autorização de exploração do parque.

3.5 Intangível

O ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômico.

3.6 Provisão para desmobilização

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. De acordo com cláusula contratual contida nos contratos de arrendamento, a Companhia tem a obrigação de devolver o terreno arrendado onde o parque encontra-se instalado nas condições originais antes da implementação dos respectivos parques ao final do contrato de arrendamento.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades dos parques eólicos. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil.

3.7 Tributação

Em 2025 e 2024 a companhia está enquadrada no regime de apuração lucro real,

Tributos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) — Lucro Real 1,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) Lucro Real 7,60%

Regime Especial PIS e COFINS: aplicável às empresas integrantes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), criado pelo art. 47 da Lei de nº 10.637/2002, no qual a empresa passa a tributar as receitas oriundas dessas transações pela alíquota do regime cumulativo (3,65%) nas contribuições de PIS (0,65%) e COFINS (3,00%).

Esses tributos são reconhecidos com base no regime de competência e deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social – correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são registrados no resultado são calculados conforme sistemática do Lucro Real, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% e acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 20 mil pelo número de meses do respectivo período de apuração totalizando uma alíquota de 25% e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício

Imposto de renda e contribuição social – diferidos

O Imposto de renda e a contribuição social – diferidos Ativos e Passivos são mensurados com base nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no ativo referem-se ao reconhecimento de prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, e são revertidas a medida em que os saldos vão se realizando. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

3.8 Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica

A Companhia, em conformidade com a Lei 9427.1996, recolhe a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido. O registro é feito mensalmente, por competência, no resultado da Companhia.

3.9 Arrendamentos

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato.

A Companhia utiliza como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, isto é, que não foram pagos, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante.

3.10 Receita de geração de energia elétrica

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) reconhecimento da receita quando (ou à

medida que) satisfazer as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) Suprimento de energia – ambiente livre: a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais. O preço médio de venda atualizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 210,22 MW/h. (R\$ 215,70 MW/h em 2024).

(ii) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzida, é comercializada no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

3.11 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou,
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

3.12 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente.

3.13 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Em vigor desde 1º de janeiro de 2025

Os principais normativos revisados e que são efetivos para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025, são:

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após
CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Informações Financeiras	Ausência de conversibilidade / permutabilidade	01 de janeiro de 2025
OCPC 10 – Créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (allowances) e crédito de descarbonização (CBIO)	Garantir a consistência das informações financeiras intermediárias e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade	01 de janeiro de 2025

A Companhia avaliou as alterações nos pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

Novas normas e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas que ainda não estão em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após
CPC 36 (R2) Demonstrações consolidadas	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
IFRS S1 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 – Divulgações relacionadas ao Clima	Requisitos gerais para a divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e clima	Adoção voluntária a partir de 01.01.2024 e obrigatória a partir de 01.01.2026 para companhias abertas
CPC 48 e CPC 40 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Classificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	01 de janeiro de 2026
CPC 18 (R2) Investimento em coligada, em controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	01 de janeiro de 2026
IFRS 18 – Apresentação e divulgação em Informações Financeiras Intermediárias	Nova norma que altera a estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	01 de janeiro de 2027
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações	Permite que as subsidiárias apliquem as normas IFRS com requisitos de divulgação reduzidos	01 de janeiro de 2027

A Companhia avaliou as alterações nos pronunciamentos acima e espera impactos substanciais nas demonstrações contábeis na adoção da norma IFRS 18.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Banco conta movimento	304	213
	304	213

5 Investimento de curto prazo

	Remuneração média		31/12/2025	31/12/2024
	31/12/2025	31/12/2024		
Fundo de Investimento - STA Energia	100,44% do CDI	94,99% do CDI	1.287	7.122
Fundo de Investimento - Banco do Nordeste - BNB	99,39% do CDI	77,71% do CDI	3.234	2.928
			4.521	10.050

A Companhia aplica seus recursos no fundo de investimento, Fundo de Investimento STA Energia, cujo o objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, majoritariamente, em operações compromissadas e títulos públicos e no Fundo Soberado BNB, cujo objetivo é acompanhar as variações dos certificados de depósitos interfinanceiros (CDI). Os montantes são mensurados ao valor justo por meio do Resultado.

Os saldos das contas vinculadas ao empréstimo são compostos por aplicações financeiras constituídas como contas reservas vinculadas ao contrato do Banco do Nordeste.

6 Contas a receber de clientes

	31/12/2025	31/12/2024
Suprimento de energia elétrica - ambiente livre - partes relacionadas	2.879	3.078
Ajuste positivo CCEE	287	844
	3.166	3.922

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foi constituída provisão para perda dos recebíveis, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes, na avaliação e monitoramento do risco de crédito.

Os contratos de venda de energia no mercado de curto prazo (ACL), são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita. . Em 31 de dezembro de 2025, não há títulos vencidos no contas a receber da Companhia.

7 Imobilizado

	Taxa média anual de amortização	31/12/2023	Adições	Outros (i)	31/12/2024	Adições	Outros (i)	31/12/2025
Imobilizado em serviço								
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,00%	2.438	-	-	2.438	-	-	2.438
Máquinas e equipamentos	6,67%	311.484	557	4.755	316.796	196	(81)	316.911
Móveis e utensílios	6,25%	13	3	-	16	81	-	97
Direito de uso sobre arrendamento		2.767	-	1.484	4.251	-	(1.085)	3.166
Desmobilização de ativos		5.076	-	-	5.076	-	-	5.076
Total do imobilizado em serviço		321.778	560	6.239	328.577	277	(1.166)	327.688
Imobilizado em curso								
Estudos e Projetos		-	-	-	-	56	-	56
Adiantamento a fornecedor		12.592	-	(12.588)	4	(2)	-	2
Total do imobilizado em curso		12.592	-	(12.588)	4	54	-	58
Depreciação								
Edificações, obras civis e benfeitorias		(28)	(85)	-	(113)	(84)	-	(197)
Máquinas e equipamentos		(4.395)	(13.077)	-	(17.472)	(13.127)	-	(30.599)
Móveis e utensílios		-	(1)	-	(1)	(7)	-	(8)
Direito de uso sobre arrendamento		(24)	(166)	-	(190)	(155)	-	(345)
Desmobilização de ativos		(40)	(159)	-	(199)	(155)	-	(354)
Total do imobilizado em curso		(4.487)	(13.488)	-	(17.975)	(13.528)	-	(31.503)
Total do imobilizado		329.883	(12.928)	(6.349)	310.606	(13.197)	(1.166)	296.243

(i) Outros: imobilizado em serviço em 2025 e 2024 refere-se a remensuração de arrendamentos e provisão para constituição de ativos.

A Companhia realizou, no encerramento do exercício de 2025, a análise de indicadores de perda por impairment em seus ativos, conforme exigido pelas normas contábeis aplicáveis. Após essa análise a Companhia identificou indicadores de Impairment e conforme exigido pelas normas contábeis, realizou teste em relação ao valor recuperável dos ativos. As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representa a avaliação de tendências futuras da Administração no segmento e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

- Para fins de definição de Unidade Geradora de Caixa a companhia considerou as EAps (EAP I e EAP II) como sendo uma única fonte geradora de caixa em função da Companhia monitorar a execução e performance do parque de forma consolidada e utilizarem a mesma estrutura administrativa e operacional dos parques;

- O valor recuperável foi determinado com base no valor em uso, calculado a partir do fluxo de caixa projetado, descontado a uma taxa média de custo de capital (WACC) de 9,95%, apurada antes dos impostos;

- O período projetivo utilizado para elaboração do fluxo de caixa descontado considerou o prazo de autorização determinado pelo poder concedente.

- O volume de geração de energia e preço projetado no período levou em consideração a energia assegurada, os preços e período dos contratos já firmados pela Companhia e, para o período de venda a descoberto, foram consideradas as curvas de Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

- Para a estimativa dos cortes de geração de energia (*curtailment*) foi considerado no período projetivo uma curva descendente no percentual dos cortes de geração de energia levando em consideração os seguintes fatores: (i) aprovação da Lei 15.269/2025 que deu provimento as empresas eólicas e solar em relação aos cortes de natureza de Confiabilidade; (ii) Expansão das linhas de Transmissão no Nordeste; (iii) Avanço nos leilões relacionado aos projetos de armazenamento de baterias e (iv) Modernização regulatória, trazendo mecanismos de compensação financeira relacionada ao consumo em horário de baixa tensão e abertura do mercado livre.

Apesar da identificação de indícios que poderiam indicar potencial desvalorização nos ativos, os testes de recuperabilidade realizados demonstraram que o valor contábil dos ativos não excede o valor recuperável. Assim, não foi necessária a constituição de provisão para perdas no exercício. A administração continuará monitorando regularmente os fatores internos e externos que possam impactar a recuperabilidade de seus ativos.

8 Intangível

	Taxa média anual de amortização	31/12/2023	Adições	31/12/2024	Adições	31/12/2025
Em serviço						
Outros intangíveis	19%	1.094	-	1.094	5	1.099
Total do custo do intangível		1.094	-	1.094	5	1.099
Imobilizado em curso						
Estudos e Projetos		-	3	3	(3)	-
Total do custo do intangível		-	3	3	(3)	-
Amortização						
Outros intangíveis		(30)	(183)	(213)	(185)	(398)
Total da amortização		(30)	(183)	(213)	(185)	(398)
Total do intangível líquido		1.064	(180)	884	(183)	701

Outros intangíveis refere-se a licenças ambientais concedidas pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais.

O montante de R\$ 1.099 apresentado na coluna de adições refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da Companhia relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes.

9 Empréstimos

Empréstimos BNB

Em 29 de setembro de 2023 a Companhia celebrou junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. o Contrato de Financiamento por instrumento Particular nº 35.2023.9396.30267, no valor de R\$ 114.738. Os recursos relacionados a este financiamento foram liberados parcialmente pelo Banco do Nordeste (BNB). Sendo a primeira liberação período de 20 de dezembro de 2023, representando 85% do valor total, ou seja, R\$ 97.527. Os 15% restantes do montante serão liberados à medida que forem comprovadas as obrigações financeiras relacionadas ao contrato.

O financiamento possui como fator de correção Juros Básicos Fixo de 5,3534 % ao ano e sobre os Juros Básicos Fixos incidirão os Juros Básicos Variáveis (JBV) com base no Fator de Atualização Monetária (FAM) apurado pela variação média do IPCA, referente ao período entre o 2º e o 13º meses anteriores ao mês de cálculo.

O financiamento possui carência do principal de 6 meses, com o primeiro pagamento de juros em 15/01/2024 a 15/04/2024. A partir de 15/05/2024, serão amortizados mensalmente principal e juros em 286 parcelas mensais consecutivas.

Para contratação do Financiamento foi exigido contratação de Fiança Bancária em favor do Banco, no valor equivalente a liberação do recurso financiado. A Fiança será mantida até a data efetiva da liquidação do contrato.

1º Emissão de debêntures

Em 15 de janeiro de 2024 Companhia efetuou a primeira emissão de debêntures simples não conversíveis em ações no montante de R\$ 55.000 com o valor nominal de R\$ 1.000. O recebimento das debentures ocorreu em 19 de janeiro de 2024. A remuneração das debêntures contempla juros remuneratórios equivalentes a IPCA + 6,40% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

As amortizações ocorrerão em pagamentos semestrais, primeiro pagamento de juros previsto para junho de 2024 e amortização do principal iniciando em dezembro de 2024. O vencimento da dívida se dará em 15 de dezembro de 2038.

A Companhia mantém o acompanhamento de todas as obrigações definidas na escritura de emissão. Não há obrigações atreladas a índices financeiros em 31 de dezembro de 2025.

O empréstimo e financiamento em moeda nacional é composto da seguinte forma:

Data da contratação	Vencimento	Principal contratado	(% a.a.) Taxa efetiva	Periodicidade da amortização (Principal/Juros)	31/12/2025				31/12/2024			
					Custos a amortizar	Encargos	Principal	Total	Custos a amortizar	Encargos	Principal	Total
15/12/2023	15/10/2047	84.139	4,55% a.a	Mensal	(1.441)	(342)	96.355	94.572	(1.411)	418	96.634	95.641
19/01/2024	15/12/2039	25.000.000	IPCA	Semestral	(1.836)	2.657	53.541	54.362	(2.006)	142	56.278	54.414
				Circulante	(207)	2.315	1.724	3.832	(205)	560	4.871	5.226
				Não circulante	(3.070)	-	148.172	145.102	(3.212)	-	148.041	144.829
					(3.277)	2.315	149.896	148.934	(3.417)	560	152.912	150.055

A movimentação dos empréstimos e encargos de dívidas são compostos da seguinte forma:

	31/12/2024	Ingresso de dívidas	Custo de captação	Encargos de dívidas	Amortização de Principal	Amortização de juros	31/12/2025
Banco do Nordeste	97.053	-	-	9.098	(1.021)	(9.116)	96.014
Debêntures	56.420	-	-	6.132	(2.737)	(3.617)	56.198
(-) Custo de captação - a amortizar	(3.418)	(95)	235	-	-	-	(3.278)
	150.055	(95)	235	15.230	(3.758)	(12.733)	148.934

	31/12/2023	Ingresso de dívidas	Custo de captação	Encargos de dívidas	Amortização de Principal	Amortização de juros	31/12/2024
Banco Citibank	45.725	-	-	604	(46.329)	-	-
Banco do Nordeste	97.714	-	-	9.328	(1.216)	(8.773)	97.053
Debêntures	-	55.000	-	5.816	(1.100)	(3.296)	56.420
(-) Custo de captação - a amortizar	(509)	(3.122)	213	-	-	-	(3.418)
	142.930	51.878	213	15.748	(48.645)	(12.069)	150.055

As parcelas relativas ao financiamento (principal) atualmente classificadas no passivo não circulante tem os seguintes vencimentos:

2027	2028	2029	2030	2031	Após 2031	Dívida Total
4.707	3.988	4.161	4.637	4.752	122.857	145.102

10 Provisões

	31/12/2023	Ingresso	Atualização monetária	Realização	Reversão de provisão	31/12/2024	Atualização monetária	Realização	Reversão de provisão	31/12/2025
Provisões de constituição de ativos (a)	16.956	7.041	-	(14.711)	(2.286)	7.000	-	(474)	(21)	6.505
Provisões para compensações ambientais (b)	1.421	-	-	(319)	-	1.102	-	(82)	-	1.020
Provisões para desmobilização de ativos (c)	5.145	-	551	-	-	5.696	582	-	-	6.278
	23.522	7.041	551	(15.030)	(2.286)	13.798	582	(556)	(21)	13.803
Circulante	16.594					730				6.528
Não Circulante	6.928					13.068				7.275
	23.522					13.798				13.803

- (a) As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes à sua fase de implantação, para as quais os desembolsos financeiros ainda não foram totalmente liquidados. A contrapartida pela constituição dessas provisões foi registrada no ativo imobilizado.
- (b) As provisões para compensações ambientais referem-se a investimentos em programas ambientais no qual a Companhia realiza, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção do parque Eólico. As provisões são registradas em contrapartida no ativo imobilizado e são realizadas de acordo com a implementação desses programas.
- (c) As provisões para desmobilização são constituídas devido a existência de um contrato de arrendamento na qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que recebeu, à exceção das obras aterradas, como fundações, rede de água e esgoto, etc. A provisão para desmobilização está registrada em contrapartida ao imobilizado.

11 Partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos em aberto na data-base das demonstrações contábeis provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas são:

11.1 Transações com partes relacionadas

Todas as transações com partes relacionadas podem ser assim demonstradas:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante		
Contas a receber de clientes - Alupar Investimento S.A.	741	563
Contas a receber de clientes - WEG Linhares Equipamentos Elétricos S.A	255	1.191
Contas a receber de clientes - WEG Equipamentos Elétricos S.A	1.883	1.918
	2.879	3.672
Passivo circulante		
Prestação de serviços - AF Energia S.A	-	2
Reembolso de despesas - Alupar Investimento S.A.	1.810	1.797
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A	75	61
	1.885	1.860
Passivo não circulante		
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A	228	114
	228	114

	31/12/2025	31/12/2024
<u>Receitas</u>		
Venda de Energia - Alupar Investimento S.A.	8.090	6.824
Venda de Energia - WEG Linhares Equipamentos Elétricos S.A	3.134	3.078
Venda de Energia - WEG Equipamentos Elétricos S.A	27.586	26.014
<u>Custos</u>		
Prestação de serviços - AF Energia S.A	(68)	(29)
Juros s/ arrendamentos - Alupar Investimentos S.A	(294)	(22)
	38.448	35.865

11.2 Garantias

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2025
25/05/2022	Diretoria	Itaú	Fiança	Pelo cumprimento de todas as obrigações principal e acessórias, decorrentes do PAGAMENTO DOS ENCARGOS DE USO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO referente ao contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST PERMANENTE nº 153/2020.	27/05/2025	27/05/2026	394	394
30/11/2023	Diretoria	Alupar	Fiança	Comissão compromisso o -Garantia do cumprimento de todas as obrigações contratuais até encerramento do contrato junto ao Banco do Nordeste - BNB - contrato de financiamento nº 35.2023.9392.30267 assinado em 27/09/2023	30/11/2023	01/12/2027	114.738	96.014

11.3 Remuneração da alta administração

De acordo o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração bem como sua distribuição. A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE da Companhia realizada em 30 de abril de 2025 foi aprovada por unanimidade dos votos, a remuneração global dos membros da Diretoria no montante de até R\$ 315 (em 2024 não houve pagamentos para diretores). Os membros do Conselho de Administração renunciaram a qualquer remuneração para o exercício de 2025.

A remuneração da diretoria está composta por salários, contribuições para benefícios como assistência médica, seguro de vida e vale refeição.

12 Patrimônio líquido

Em 04 de julho de 2023 a Companhia, através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária, aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 66.440. Assim, o capital social, que era de R\$ 94.973, passa a ser de R\$ 161.413, mediante a emissão de 66.440.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com valor unitário de R\$ 1. O total de ações ordinárias que era de 94.973.376, passa a ser 161.413.376.

O aumento de capital foi subscrito e integralizado da seguinte forma: (i) Subscritas pela Alupar Investimento S.A. com renúncia expressa da acionista AF Energia S.A ao direito de preferência para subscrição das ações, 11.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal,

correspondentes ao valor de R\$ 11.000, integralizadas mediante a conversão de adiantamentos para futuro aumento de capital. (ii) Subscritas pela Foz do Rio Claro Energia S.A. (“Foz”), com renúncia expressa da AF Energia S.A. ao direito de preferência para subscrição das ações, 55.440.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondentes ao valor de R\$ 55.440, integralizadas mediante a conversão de adiantamentos para futuro aumento de capital. Com o aumento de capital realizado a acionista “Alupar” passou a deter 28,46%, a “AF” 0,02% e “Foz” 71,52% do capital social da Companhia.

Aumento de Capital na EAP II e conversão de ações

Em finalização ao contrato celebrado em 5 de julho de 2023, divulgado na nota explicativa nº 1.1, a WEG efetuou aporte de capital na EAP II no montante de R\$10.656 em 6 de outubro de 2023 e com isso adquiriu 10.829.042 ações ordinárias da EAP II, ao preço de R\$0,98 por ação. Assim, o capital social, que era de R\$ 161.413, passa a ser de R\$ 172.069. A Alupar e Foz do Rio Claro realizaram troca de ações, ordinárias por preferenciais, em uma razão de 11 ações ON para 1 ação PN, que não resultou na perda de controle da Foz do Rio Claro.

A Alupar passou a ser proprietária de 4.087.876 ações preferenciais mediante a conversão de 44.969.803 ações ordinárias de emissão da Companhia e de sua titularidade em 4.087.876 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, portanto aproximadamente 11 ações ordinárias para cada ação preferencial.

A Foz passou a ser proprietária de 10.264.731 ações preferenciais mediante a conversão de 112.920.008 ações ordinárias de emissão da Companhia e de sua titularidade em 10.264.731 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, portanto aproximadamente 11 ações ordinárias para cada ação preferencial.

Com isso a participação acionária na EAP II é a seguinte:

<u>Acionistas</u>	31/12/2025 e 31/12/2024					
	Ordinárias		Preferencias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Alupar Investimento S.A	1.003.573	6,99%	4.087.876	28,48%	5.091.449	17,74%
AF Energia S.A	-	-	-	-	-	-
Foz do Rio Claro Energia S.A	2.519.992	17,56%	10.264.731	1	12.784.723	44,54%
WEG Equipamentos	9.876.086	68,81%	-	-	9.876.086	34,41%
WEG Linhares	952.956	6,64%	-	-	952.956	3,32%
Total das ações	14.352.607	100,00%	14.352.607	100,00%	28.705.214	100,00%

Conforme descrito no contrato, na distribuição de dividendos, cada ação preferencial fará jus ao recebimento de dividendo correspondente a 10 vezes o valor distribuído a cada ação ordinária, logo a WEG fará jus de 6,86% do dividendo distribuído e a Alupar e Foz do Rio Claro farão jus a cerca de 93,14%.

13 Receita operacional líquida

	MWh	31/12/2025	MWh	31/12/2024
Receita de geração de energia elétrica				
Suprimento de energia	-	-	2.542	706
Suprimento de energia - Partes relacionadas	168.782	38.810	167.243	35.916
Ajuste positivo CCEE	-	1.479	-	471
	168.782	40.289	169.785	37.093
Deduções				
PIS - Programa de integração social		(651)		(613)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social		(2.998)		(2.821)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica		(162)		(146)
		(3.811)		(3.580)
Receita operacional líquida		36.478		33.513

14 Custos e despesas operacionais

	Nota	31/12/2025		31/12/2024	
		Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
Custos não gerenciáveis					
Encargos de uso da rede elétrica		(2.367)	-	(2.260)	-
Doações, contribuições e subvenções		-	-	-	(24)
		(2.367)	-	(2.260)	(24)
Custos gerenciáveis					
Energia comprada para revenda		(16.447)	(28)	(6.475)	-
Seguros		(471)	-	(217)	(3)
Alugueis		(111)	(44)	(80)	(24)
Pessoal		(109)	(1.092)	(274)	(1.139)
Material		(84)	(50)	(98)	(15)
Serviços de Terceiros		(2.965)	(520)	(2.266)	(440)
Serviços de Terceiros - Partes relacionadas	11	(68)	-	(29)	-
Honorários da diretoria		(294)	(271)		
Outros tributos e taxas		(192)	(21)	(125)	(47)
Outras receitas		3	(19)	2	(12)
		(20.738)	(2.045)	(9.562)	(1.680)
Depreciação e Amortização	7 e 8	(13.636)	(79)	(13.616)	(54)
		(13.636)	(79)	(13.616)	(54)
		(36.741)	(2.124)	(25.438)	(1.758)

A Companhia apresentou custos operacionais de R\$ 36.741 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em comparação com R\$ 25.438 no mesmo período de 2024. O aumento de 44% entre um período e outro é justificado principalmente pelo aumento de compra de energia para honrar os contratos firmados de venda de energia, apresentando o montante de R\$ 16.447 em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 6.475 em 31 de dezembro de 2024 ocasionado principalmente pelo efeito do crescimento dos cortes de geração de energia (curtailment) e pelas diferenças de preços de submercado que afetou a companhia durante o exercício de 2025.

15 Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas Financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(15.230)	(15.748)
Outros	(1.508)	(2.322)
Total	(16.738)	(18.070)
Receitas Financeiras		
Receita de aplicações financeiras	956	1.275
Outros	240	1.445
Total	1.196	2.720
Total Líquido	(15.542)	(15.350)

16 Imposto de renda e contribuição social correntes

	31/12/2025	31/12/2024
a) Composição dos tributos no resultado:		
Na rubrica de tributos:		
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	2
Imposto de renda e contribuição social diferidos	321	276
Total	321	278
b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:		
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(17.929)	(9.033)
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de (despesa) receita com tributos às alíquotas nominais	6.096	3.071
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
Incentivo fiscal corrente	-	593
Incentivo fiscal diferido	321	276
Prejuízo fiscal do exercício para o qual não foi constituído ativo fiscal diferido	(5.772)	(3.380)
Despesas não dedutíveis para fins fiscais	(3)	(7)
Provisões para o qual não foi constituído imposto diferido	-	(239)
Arrendamento (CPC 06) para o qual não foi constituído imposto diferido	(297)	(36)
Amortização intangível para o qual não foi constituído imposto diferido	(24)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	321	278
Alíquota efetiva	2%	3%

Ativos fiscais não reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia acumula prejuízos fiscais de R\$ 25.279 e base negativa no montante de R\$ 25.315 que gerariam ativos fiscais diferido. Tais créditos não foram reconhecidos, tendo em vista que a operação da Companhia está nos primeiros anos de atividades.

17 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

17.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Encontram-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil, do valor justo e hierarquia dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações contábeis :

Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

	31/12/2025		31/12/2024		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						
Caixa e equivalentes	304	304	213	213	-	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo	4.521	4.521	10.050	10.050	Nível II	Valor justo por meio de resultado
	4.825	4.825	10.263	10.263		
Passivo						
Fornecedores	1.796	1.796	1.338	1.338	-	Custo amortizado
Empréstimos em moeda nacional	94.572	94.572	95.641	95.641	-	Custo amortizado
Debêntures	54.362	54.126	54.414	57.128	-	Custo amortizado
	150.730	150.494	151.393	154.107		

Empréstimos e financiamentos: em decorrência desses contratos não serem contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024.

17.2 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos alocados em caixa, equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade de falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bem estáveis, bem diferente de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Análise de sensibilidade de investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2025, foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2025, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%, conforme demonstrado abaixo:

		Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
Indexador	Posição em 31/12/2025	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Investimentos de curto prazo		7,50%	11,25%	15,00%	18,75%	22,50%
CDI	4.521	339	509	678	848	1.017

Análise de sensibilidade das dívidas

Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2025, foi extraída a projeção dos indexadores IPCA e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas

variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2025 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

			Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2025	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Banco do Nordeste	IPCA	95.641	2,03%	3,05%	4,06%	5,08%	6,09%
Debentures	IPCA	56.198	7.162	8.185	9.208	10.230	11.253
			4.811	5.417	6.024	6.631	7.238

18 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o prejuízo:

Nota	Saldo em 31/12/2024	Efeito caixa		Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2025
		Amortização Principal e juros	Captações / Ingressos	Encargos		
Aumento (redução) de passivos financiamento						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	150.055	(16.491)	(95)	15.465	148.934
Arrendamentos		4.194	(409)	-	(761)	3.024
		154.249	(16.900)	(95)	14.704	151.958
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento)		154.249	(16.900)	(95)	14.704	151.958

Nota	Saldo em 31/12/2023	Efeito caixa		Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2024
		Amortização Principal e juros	Captações / Ingressos	Encargos	Adições/baixas	
Aumento (redução) de passivos financiamento						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	142.930	(60.714)	52.091	15.748	150.055
Arrendamentos		2.768	(526)	-	461	4.194
		145.698	(61.240)	52.091	16.209	154.249
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento)		145.698	(61.240)	52.091	16.209	154.249

19 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. A Companhia reconheceu no resultado o montante de R\$ 268 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 242 em 31 de dezembro de 2024) referente a benefícios.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

* * *